

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



CAMINHOS DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: Perspectivas para a população infantojuvenil das favelas do Rio de Janeiro

Ravi Xavier Gorman¹
Rebeca Ribeiro da Silva²
Thatiana da Silva Pereira³

RESUMO

O presente trabalho se propõe a realizar uma reflexão acerca dos direitos da criança e do adolescente, com ênfase na política educacional. Serão consideradas as particularidades sócio-históricas brasileiras e as discriminações impostas a esses sujeitos. A fim de demonstrar que as possibilidades oferecidas para algumas crianças e adolescentes estão entre a omissão e a violência, foi realizado um levantamento bibliográfico que articula a questão da infância, questão racial e dos territórios, considerando especialmente as regiões favelizadas do município do Rio de Janeiro. Além disso, uma análise de dados, os quais elucidam os estudos.

Palavras-chave: Favelas; Criança e adolescente; Política educacional; Violência.

ABSTRACT

The present work seeks to realize a reflection on the rights of children and adolescents, emphasizing the educational policy. It will be considered the Brazilian socio-historical specificities, likewise the imposed discriminations to these subjects. In order to demonstrate that the possibilities offered to some children and teenagers are between omission and violence, it was realized a bibliographical survey that articulates children issue, racial issue and territories, considering specifically the Rio de Janeiro's "slumized" areas. Furthermore, a data analysis to clarify the study.

Keywords: Slum; Child and adolescent; Educational Policy; Violence.

¹ Assistente social, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Pesquisador no Núcleo de Estudos sobre Família, Violência e Políticas Públicas (FAVIPP/PUC-Rio). | E-mail: ravi.xgorman13@gmail.com

² Assistente social, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviços Social da PUC-Rio. Pesquisadora no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFF em Rio das Ostras e no Núcleo de Estudos sobre família, Violência e Políticas Públicas (FAVIPP/PUC-Rio). | E-mail: rebecasilvar@gmail.com

³ Assistente social, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Pesquisadora no Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS/PUC-Rio). | E-mail: pthatiana99@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no ano de 1990, se dá o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos, estabelecendo a família, a sociedade e o Estado como responsáveis pela defesa dos direitos dessa população.

Permeado pelas contradições peculiares do capitalismo e de suas particularidades no cenário brasileiro, a efetivação dos direitos estabelecidos pelo ECA é uma dificuldade. Considerando que, no Brasil, a escravização foi um alicerce para o estabelecimento do modo de produção capitalista, onde atualmente se perpetua a opressão racial para a manutenção desse sistema, as crianças e os adolescentes negros são os mais afetados. Quando são moradores de territórios de favela, esta conjuntura é ainda pior.

Assim, com revisão bibliográfica e análise de dados a partir do materialismo histórico-dialético, dialoga-se através da perspectiva marxista as questões de classe e de raça na realidade brasileira. Discutir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente no município do Rio de Janeiro é o objetivo geral deste trabalho. Enquanto objetivos específicos, se faz necessário demonstrar os limites do ECA, especialmente no que tange ao acesso ao direito à educação pelas crianças e adolescentes pobres e negras; revelar o viés controlador e repressivo presente nas medidas para/contra o ensino público; e denunciar as violências praticadas pelo Estado brasileiro nas favelas do Rio de Janeiro, que impactam diretamente na formação de crianças e adolescentes.

2 ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL DESTINADA ÀS INFÂNCIAS: ENTRE O DESMONTE E A VIOLÊNCIA

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em meados de 1980, em um contexto de declínio do regime ditatorial civil-militar, iniciou-se no Brasil um processo de abertura política expressas na Assembleia Nacional Constituinte (1987), com a promulgação da nova Constituição Federal (1988) e com a consolidação do Estado de Direito. Através das influências dos movimentos sociais, de comunidades epistêmicas, dos sindicatos e de militantes de diversos setores, ampliaram-se os debates acerca do fortalecimento das instituições democráticas e da elaboração de políticas públicas consonantes com a promoção e defesa dos direitos humanos. Nesse contexto, explicita-se a necessidade de tratar a questão da infância como direito, visto o histórico discriminatório e criminalizante presentes nos códigos anteriores. (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 47).

Na tentativa de romper com os padrões das políticas desenvolvidas na Doutrina de Situação Irregular advinda do Código de Menores, foi desenvolvido um Capítulo, que trata da família, da criança e do adolescente no texto constitucional. Posteriormente, são elaboradas propostas e sugestões que visam substituir definitivamente o Código de Menores. E no dia 13 de julho de 1990 é promulgada a lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente, explicitando um marco histórico no que diz respeito à garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil. Portanto a “doutrina de situação irregular” é substituída pela “doutrina de proteção integral”, e nesse novo panorama, cabe à família, à sociedade e ao Estado assegurar a efetivação dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, sendo eles: “[...] à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, 1990).

Tais modificações enfatizam três concepções fundamentais: primeiro a de sujeito de direito, na qual, “a criança e o adolescente deixam de ser objeto de tutela, isto é, da condição de seres passivos da intervenção da família, sociedade e Estado [...]” (FÁVERO, 2014, p. 10). Segundo, a de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, reconhecendo as condições de desenvolvimento físico, cognitivo,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



emocional e sociocultural que diferenciam as crianças e adolescentes dos adultos nas capacidades de cumprimento das leis e dos deveres civis. (FÁVERO, 2014, p. 11). Terceiro, a prioridade absoluta, expressas na priorização da formulação e execução das políticas sociais para a infância e a juventude, tendo preferência na destinação de recursos e primazia no atendimento nos serviços públicos (FÁVERO, 2014, p. 11). Cria-se, portanto, um sistema de garantia de direitos composto por: promotorias, conselhos, varas da infância, delegacias, núcleos de assistência e atendimento. Todos os esforços coletivamente construídos de fato possibilitaram um novo olhar ao ponto em que as crianças e adolescentes foram reconhecidas como cidadãs, porém tal reconhecimento se efetiva na prática?

Os princípios de universalidade preconizados no ECA e na nova Constituição Federal esbarram em contradições da realidade social inerentes à sociedade capitalista estratificada em classes e fortemente demarcada pela condição racial dos indivíduos, impostas pelo colonialismo e pelo escravismo que fundamentaram a racionalidade das relações sociais brasileiras. O processo de civilização da população pobre, inclui-se aqui crianças e adolescentes, ocorreu em contexto de industrialização do país e da necessidade do desenvolvimento de mão de obra qualificada em um curto período, sendo depositado e requisitado à classe subalternizada um desenvolvimento forçado, composto por contradições e limitações que nunca permitiu a esses indivíduos gozarem de seus “direitos” em sua plenitude.

Ao analisarmos o direito fundamental à educação pública, preconizados no art. 205 da Constituição Federal (1988) e reafirmados no art. 53 do ECA, “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1990) e, também, no art. 206, incisos I, IV e VII da Constituição, que dispõe sobre a igualdade de condições, gratuidade e garantia do padrão de qualidade do ensino público (BRASIL, 1988), percebemos discrepâncias no que diz respeito às condições de infraestrutura e de trabalho nas escolas públicas para as

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

escolas particulares e nas dificuldades de acesso e permanência de crianças e adolescentes pobres em relação às crianças e adolescentes com rendas superiores. De acordo com dados do IBGE, “A taxa ajustada de frequência líquida, que mostra adequação entre o nível de ensino e a idade do aluno, era de 69,3%, passando de 54,6% entre os jovens das famílias mais pobres a 89,9% entre os mais ricos.” (AGÊNCIA NOTÍCIAS, 2019). Além disso:

A desigualdade por faixas de rendimento atinge o maior nível no ensino superior entre jovens de 18 a 24 anos. Enquanto 63,2% dos jovens desse grupo de idade pertencentes aos 20% da população com os maiores rendimentos frequentava o ensino superior, somente 7,4% dos jovens pertencentes às famílias com os menores rendimentos estavam nessa situação. O percentual de jovens pretos ou pardos que frequentava a universidade era de 18,3%, enquanto o dos brancos era 36,1%. (AGENCIA NOTÍCIAS, 2019)

As desigualdades no sistema educacional brasileiro estão atreladas às condições socioeconômicas dos alunos e as condições de funcionamento das instituições de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394 de 20/12/1996 - estabelece que a União aplique, anualmente, nunca menos de 18% e o Distrito Federal e os municípios 25% da receita na manutenção e desenvolvimento do ensino. No entanto, nos últimos anos a educação tem sofrido cortes e contingenciamentos significativos, expressos primeiro na Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como “teto de gastos” e posteriormente na sua substituição através do Projeto de Lei Complementar - PLP 93/2023 - conhecida como “arcabouço fiscal” (ainda em tramitação para o Senado). Na qual, foram incluídos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB - que até então ficava de fora do teto de gastos. Cabe ressaltar que o FUNDEB atualmente é responsável por dois terços dos recursos que os municípios investem em educação. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

O sucateamento do ensino público vem sendo acompanhado também por pautas reacionárias, por exemplo, a ascensão de movimentos ultraliberais e fundamentalistas religiosos compostos por políticos da extrema-direita que buscam avançar com agendas conservadoras para a educação, sob a premissa do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



“combate” à “dominação ideológica de esquerda” presentes nas escolas. Além disso, em 2017 foi aprovado o Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017, na qual, sob o pretexto de evitar a evasão escolar tornando as escolas mais “atrativas”, flexibiliza as disciplinas dividindo-as em obrigatórias e optativas dando ao aluno o poder de montar sua grade. No entanto, tal medida precariza o ensino básico dando ênfase a um ensino técnico, focalizante e adequado ao trabalho - tratando-se de uma política que lida com a expressão da evasão escolar enquanto questão individualizada e descontextualizada das condicionalidades que as provocam. Essa série de medidas que se constituem enquanto um verdadeiro ataque ao ensino público não são um fenômeno recente, pelo contrário, trata-se de uma realidade gestada para ser assim. Um projeto em curso - instituído pela classe opressora, com a parceria do Estado, conforme nos indica Paulo Freire (2013) ao formular sobre o modelo de educação bancária. (FREIRE, 2013)

2.1 Um pacto silencioso: o controle da população infantojuvenil pela via educacional

O Brasil do final do século XX traz o marco histórico de garantir nos dispositivos legais o acesso à educação como direito para todas as crianças e adolescentes. Embora seja um grande avanço ter essas garantias asseguradas nas letras da lei, passadas mais de três décadas da promulgação do Estatuto, o que se percebe é uma realidade atravessada por desigualdades e violações de direitos para a população infantojuvenil e adolescente. Tratando especialmente do direito à educação de crianças pobres, negras e faveladas, esse assunto é ainda uma temática sensível, com um longo caminho a ser percorrido em direção a uma efetivação concreta.

Na cidade do Rio de Janeiro especificamente, essa situação se desenha com requintes de crueldade. Em 2019, foram registradas pelo menos 1154 escolas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



públicas de ensino fundamental que tiveram as aulas afetadas por operações policiais. Esse é um dado preocupante, considerando que a educação – principalmente nos anos iniciais – é fundamental para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e emocionais das crianças (AKBULUT-YUKSEL, 2009 apud LEMGRUBER, 2022).

Entre o início do mês de fevereiro e meados do mês de abril do ano de 2023, a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro registrou 1.593 paralisações das atividades em 257 escolas ocasionadas por confrontos armados nos territórios; nesse contexto, foram mais de 80 mil alunos afetados. As escolas que mais registraram suspensões das atividades estão localizadas em territórios de favela – favelas da Maré, da Cidade de Deus, da Praça Seca e da Vila Kennedy (PRADO et al, 2023). Articulando dados produzidos pelo Instituto Fogo Cruzado e pelo Instituto de Segurança Pública e da Defensoria Pública, Vieira et al (2023) apuram que o Rio de Janeiro é a cidade que mais apresenta assassinatos entre a população infantojuvenil. Entre janeiro e abril do ano de 2023, 14 crianças foram baleadas.

É importante nos atentar que, para além das paralisações das atividades escolares, as operações policiais em favelas também produzem assassinatos de crianças e adolescentes no trajeto casa-escola, dentro das escolas em que estudam e dentro de suas casas. Dentre todos os casos, lembremo-nos de Marcus Vinícius, morador da favela da Maré, assassinado aos 14 anos enquanto trajava o uniforme característico das escolas municipais do Rio de Janeiro e de Maria Eduarda, de 13 anos, assassinada dentro da quadra de esportes da escola onde estudava em Acari. Estas vítimas têm em comum a cor da pele e a condição de moradores de territórios favelizados.

O argumento do Estado brasileiro que legitima as operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro, também pode encontrar respaldo em um antigo mito: o das classes perigosas – arquitetado pelas elites para desumanizar a classe trabalhadora, em especial o segmento não branco – com o objetivo de naturalizar,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



institucionalizar e validar as mais violentas práticas contra esse grupo. Essas formulações foram necessárias, para garantir uma abolição sem o rompimento das estruturas sociais que consolidaram o status da burguesia brasileira, e ao mesmo tempo, garantir a perpetuação de um modelo de sociedade baseado na exploração do trabalho. De acordo com Coimbra e Nascimento:

Entendemos – como nos apontou Marx – que a formação da riqueza, a acumulação do capital produz, também, o seu contrário, a miséria. Pela ótica do capitalismo esta passa a ser naturalmente percebida como advinda da ociosidade, da indolência e dos vícios inerentes aos pobres. Portanto, esses chamados direitos humanos - princípios burgueses - não podem ser estendidos a todos e caracterizados como universais, pois numa sociedade onde a liberdade é uma quimera, a desigualdade e a competitividade são as regras do bom viver, uma existência livre, igualitária e fraterna não tem lugar (COIMBRA; NASCIMENTO, ano, p.3).

Somando-se a isso, Andreilino Campos (2010) identifica que a burguesia brasileira produziu rótulos negativos a respeito dos territórios ocupados pelas classes trabalhadoras. Desse modo, desde a popularização do mito das classes perigosas no Brasil, ao favelado também é atribuído tal estigma. Segundo o autor, isso poderia se dar em razão da ameaça que esses espaços ofereciam ao imaginário social, assemelhando-se, nesse sentido, aos quilombos para a elite escravocrata.

A produção desses mitos não ficava só no plano das teorias e ideias. A elite brasileira, que também constituía a elite científica do país, entendia ser responsável por guiar o país rumo à modernização – o que incluía a limpeza moral do Brasil. Para executar tal tarefa, apoiavam-se na higiene social, por meio da produção de uma série de medidas contra a pobreza. Grande parte delas estava direcionada aos chamados menores da época – a infância perigosa ou em perigo.

Irene Rizzini (2005) ao discutir sobre infância perigosa defende que justamente na passagem do século XIX para o XX, a população infantil empobrecida torna-se alvo das atenções da sociedade brasileira. Percebia-se então a necessidade de estabelecer medidas que pudessem proporcionar a “salvação da criança” pois considerava-se um investimento que resultaria na proteção da ordem

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



vigente para o futuro, salvando-a dos caminhos que pudessem desviá-la do trabalho e da disciplina. Se esses sujeitos estivessem desde a infância inseridos na lógica do trabalho, as possibilidades de oferecerem algum risco no futuro seriam menores. Ou seja, pretendia-se salvar a criança para salvar o país e o capitalismo (RIZZINI, 2005).

No Rio de Janeiro, a instituição responsável por empreender essa missão com os *menores* era a Escola Correccional Quinze de Novembro. Partindo da ideia que já era consenso no começo do século XX, sobre a importância de uma educação para este público, tratou-se de empreender uma política educacional que em nada fosse emancipatória. Estava demarcado nas diretrizes da referida instituição a preocupação com a inserção daqueles indivíduos no mercado de trabalho, para que adquirissem disciplina, bem como, o público ao qual eram destinados os “ensinamentos” da escola: *gente desclassificada*. (RIZZINI; PILLOTTI, 2009, p. 229).

Esses dados revelam que, desde a instituição do Brasil República, a preocupação em ofertar uma educação para os assim chamados menores não ultrapassava a lógica liberal, era na verdade um esforço de submeter aqueles sujeitos à racionalidade dominante. Essa aliança entre o Estado e a burguesia para assegurar o lugar das classes subalternas no modo de produção foi reproduzida ao longo de muitas décadas. A política educacional ter sido utilizada como uma das principais ferramentas na operacionalização dessa dominação tem uma razão de ser. Paulo Freire (1967) demonstra o potencial da educação como prática de liberdade, que pode ser aplicada em seu sentido crítico, capaz de formar sujeitos hábeis a identificar suas relações com o mundo e interferir nestas (FREIRE, 1967).

A elite brasileira não se manteve e não se mantém alheia de tal potencialidade. Por isso, é possível notar durante todo o século XX um esforço para assegurar à população pobre e negra do país uma educação dentro dos moldes do capital. Um ensino que de maneira alguma fosse crítico e mais que isso:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



comprometido com a reprodução da sociabilidade capitalista a partir da disseminação dos valores dominantes no seio da classe trabalhadora, seguida de uma lógica de culto ao trabalho.

Anísio Teixeira (1956) – intelectual conhecido por ser o criador da escola pública no Brasil – ao formular sobre o contexto de surgimento das escolas e suas respectivas orientações, faz uma diferenciação entre a educação que deve ser ofertada a um público específico – o ensino especializado e aquele ensino ofertado aos cidadãos comuns:

A formação comum dos homens não é formação propriamente intelectual, embora exija certas técnicas intelectuais primárias, como a leitura, a escrita e a aritmética, e certo mínimo de informação e conhecimento. Precipualemente, é uma formação prática, destinada a dar, ao cidadão, em uma sociedade complexa e com o trabalho extremamente dividido, aquele conjunto de hábitos e atitudes indispensáveis à vida em comum (TEIXEIRA, 1956).

Na produção Educação para a democracia (1936), ele faz a seguinte defesa a respeito da educação:

A escola deve ensinar a todos a viver melhor: a ter a casa mais cuidada e mais higiênica; a dar às tarefas mais atenção; mais meticulosidade, mais esforço, maior eficiência; a manter padrões mais razoáveis de vida familiar e social; a promover o progresso individual através dos cuidados higiênicos, dos hábitos de leitura e estudo, indagação e crítica, meditação e conhecimento. Não creio que a escola possa vir a ser um instrumento real de progresso se não atender a esse mínimo essencial de educação. (TEIXEIRA, s/d apud PINHEIRO, 1936, p. 43)

É possível notar a perpetuação da defesa de uma política educacional dotada de uma moralidade baseada nos preceitos da burguesia e sobretudo de limites para as classes subalternas. Estas não podiam ter acesso a um tipo de ensino que lhes ensinasse a pensar para além do que fosse necessário à execução do trabalho, de modo que não oferecessem nenhum risco à sociabilidade burguesa e ao mesmo tempo se constituíssem em corpos dóceis à exploração do trabalho.

Situar esse contexto sócio-histórico é fundamental para entender de onde parte na atualidade tamanho descaso com o ensino ofertado nas escolas públicas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



do país e do Rio de Janeiro em especial, que hoje é atravessado por violações as quais se concretizam das mais variadas maneiras. Quando o Estado coloca em segundo plano a educação de crianças e adolescentes moradoras de regiões empobrecidas, em prol de uma política de segurança pública reprodutora de violências, garante a perpetuação dessa sociabilidade que criminaliza as existências pobres e pretas em geral, bem como seus territórios.

A despeito da comprovada ineficiência das operações policiais realizadas nas favelas e bairros periféricos, o Estado brasileiro segue se orientando pela justificativa da Guerra às Drogas para invadir violentamente os territórios ocupados pela população pobre e negra sob a justificativa de uma pretensa manutenção da segurança pública. O que se percebe na verdade é uma disseminação do caos, ancorada em uma política de insegurança pública que, na verdade, legitima a criminalização da pobreza e perpetua desigualdades históricas sejam elas: sociais, raciais e de território.

Somam-se a isso, os fatos antes apresentados que explicam a verdadeira omissão da sociedade e das entidades governamentais quanto à política educacional destinada ao segmento representado pelos filhos e filhas da classe trabalhadora. Mesmo em uma realidade em que esses sujeitos estão assegurados pelo ECA, a lógica que cuida de garantir que acessem apenas o suficiente para estarem precariamente inseridos no mercado de trabalho segue seu curso. É possível notar rebatimentos desse fato expressos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2017, que aponta as escolas da Zona Sul e da Tijuca – bairros de classe média e classe alta do Rio de Janeiro – com melhor desempenho, em detrimento daquelas de classe da Zona Norte e Zona Oeste – territórios mais empobrecidos (LEMGRUBER, 2022). Considerando o fato de que as favelas do município do Rio de Janeiro têm como seus moradores pessoas majoritariamente negras, baseando-nos em estudos onde Elpídio mostra que há “(...) a predominância da população negra em favelas, o que reforça que as desigualdades socioterritoriais têm cor e raça no Brasil” (2020, p. 136), e entendendo as

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



particularidades históricas da construção socioeconômica brasileira já mencionadas neste trabalho, afirmamos que a favela é a região elementar para a execução da política racista estatal. No entanto, o racismo se concretiza como o direito de eliminar – o que neste contexto, pode-se entender como o assassinato, a instauração de danos e o ato de banir para outros países ou para as periferias –, no Brasil, a população negra, e é através do racismo que acontece a segregação desta população.

Trata-se então de uma oferta muito limitada para a ascendência da classe trabalhadora e afro-brasileiros em geral. Pois, quando já não são mais obrigados a estarem nos espaços oficialmente reconhecidos como instituições destinadas ao controle e docilização de seus corpos, sendo agora protegidos por uma legislação que garante um direito o qual se pretende igual entre todos os sujeitos, devendo-lhes assegurar dentre outros tantos direitos a educação, enfrentam a dureza que é o *modus operandi* da sociedade brasileira.

3 CONCLUSÃO

Ao analisarmos, a partir das particularidades sócio-históricas do Brasil, os processos de desenvolvimento e de consolidação dos direitos da criança e do adolescente, destacando as políticas educacionais, identificamos contradições no que diz respeito à efetivação desses direitos, sobretudo em relação à população infantojuvenil das classes mais empobrecidas. O Estado, sob a égide do desenvolvimentismo industrial capitalista, desenvolveu aparatos jurídico-assistenciais objetivando a correção e adequação das crianças e dos adolescentes pobres por meio de políticas eugenistas e higienistas. Desse modo, tais políticas foram incorporadas em detrimento de uma política nacional de educação pública de qualidade.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Com a consolidação do ECA, crianças e adolescentes são reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, denotando avanços significativos no que diz respeito às legislações e políticas voltadas para a atenção à infância e juventude. No entanto, na prática verificamos o sucateamento do ensino público dificultando o direito à educação pelas crianças e adolescentes, principalmente, periféricas e negras. Além disso, apontamos a precariedade na disposição dos serviços públicos nos territórios favelados aliada à atuação estatal através da via da política de insegurança pública, a qual visa o combate ao tráfico de drogas. Para população negra e de favela, essa política representa genocídio e encarceramento em massa, principalmente para a juventude negra. A produção de um cenário de guerra é um dos empecilhos para o acesso de crianças e adolescentes nas escolas, onde frequentemente são violados seus direitos mais essenciais, como a vida.

É assim que, com a omissão do Estado das suas responsabilidades constitucionais, essas populações se encontram cada vez mais vulnerabilizadas. E a estratégia elaborada por ele é a de criminalização e mais violência. Nesse contexto, a insuficiência das políticas públicas também agudiza as desigualdades sociais, uma vez que as políticas não intervêm sobre as causas estruturais que produzem essas desigualdades, denotando contradições existentes entre aquilo que se idealiza enquanto proteção integral para crianças e adolescentes e aquilo que se efetiva na prática, nesse trabalho exemplificado a partir da política pública setorial de educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências**. Diário Oficial, 1990.

CAMPOS, Andreino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

PROMOÇÃO



APOIO



COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

Conheça o novo Fundeb, que amplia gradualmente os recursos da educação. Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <[COIMBRA, Cecília M. B.; NASCIMENTO, Maria Lívia do. **A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa?** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>. Acesso em 08 jun. 2023.](https://www.camara.leg.br/noticias/687499-conheca-o-novo-fundeb-que-amplia-gradualmente-os-recursos-da-educacao/#:~:text=Fundeb%20%20C3%A9%20o%20Fundo%20de,e%20foi%20criado%20em%202007.&text=na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20infantil-,Em%202019%20o%20Fundeb%20distribuiu%20R%24%20bilh%C3%B5es,os%20munic%C3%ADpios%20investem%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o.> Acesso em: 11 de jun de 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

ELPÍDIO, Maria Helena. **Do quilombo às favelas: faces do racismo territorial na produção das cidades.** In: FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine (org.). Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. p. 129-149.

FÁVERO, Eunice. **Realidade Social, Direitos e Perda do Poder Familiar: desproteção social x direito à convivência familiar e comunitária.** São Paulo: NEPPSF/UNICSUL, 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

LEMGRUBER, Julita (coord.). **Tiros no futuro: Impactos da guerra às drogas na rede municipal de educação do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: CESEC, 2022.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2011.

PRADO, Amanda et al. **Mais de 85 mil alunos perderam aulas devido a tiroteios no Rio nos primeiros 45 dias letivos do ano:** Secretaria Municipal de Educação registrou 1.593 fechamentos em 257 escolas. Colégios da Maré, da Cidade de Deus, da Praça Seca, da Cidade Alta e da Vila Kennedy são as mais impactadas. **G1**, Rio de Janeiro, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de->

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

janeiro/noticia/2023/04/24/rio-teve-mais-de-85-mil-sem-aula-por-cao-da-violencia-nos-primeiros-45-dias-letivos-do-ano.ghtml. Acesso em: 2 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. **Educação renova acordo com Comitê Internacional da Cruz Vermelha para implantação do Acesso Mais Seguro em escolas.** Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2021. Disponível em: <https://prefeitura.rio/educacao/educacao-renova-acordo-com-comite-internacional-da-cruz-vermelha-para-implantacao-do-acesso-mais-seguro-em-escolas/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

RIZZINI, Irene. **A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”)** Idéias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX .. In: IIº Encontro Franco-Brasileiro de Psicanálise e Direito, 1., 2005, . Proceedings online... Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, Disponível em: <https://docplayer.com.br/23524139-A-infancia-perigosa-ou-em-perigo-de-o-ser.html>. Acesso em: 09 jun. 2023.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de Crianças no Brasil: percursos históricos e desafios do presente.** Rio de Janeiro: PUC- Rio, 2004.

SARAIVA, Adriana. **Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres.** Agência Notícias. IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres#:~:text=A%20taxa%20ajustada%20de%20frequ%C3%Aancia,de%202018%20a%2024%20anos> Acesso em: 11 de jun. de 2023.

TEIXEIRA, Anísio. **A educação e a crise brasileira.** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956.

VIEIRA, Maria Júlia et al. **TIROS A CAMINHO DA ESCOLA.** Folha de São Paulo, São Paulo, 29 mar. 2023. Revista Piauí, p. 1-1. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/tiros-caminho-da-escola/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

